

Circular

16

JULHO 72

Boletim dos colaboradores da a.e.f.c.l.

I- O ANO DE 69/70

A ACTIVIDADE-O OPORTUNISMO-TRABALHO DE SAPA

No ano de 69/70 surgiram em Ciências de terminadas pessoas, (dentro da própria direcção e colaborando nalgumas secções) com perspectivas determinadas sobre o trabalho associativo e que, pelo descalabro em que o vieram colocar merecem ser cuidadosamente analisadas. Essa análise foi iniciada pelos colaboradores que se mantiveram no trabalho, logo no início do ano seguinte, tendo estes chegado a editar umas primeiras folhas do relatório.

Apresentar-se-ão em seguida alguns excertos desse trabalho e procurar-se-á depois completar os aspectos em que ele não chegou a tocar.

Este texto tem essencialmente dois sentidos:

1º-esclarecer todos os colaboradores sobre os diversos pontos de uma linha de trabalho(?) já aplicada em Ciências e que aqui se pode voltar a apresentar (ainda que certamente sob novas roupagens).

2º-dar a conhecer as posições defendidas pelos indivíduos que seguem essa linha para assim poderem os colaboradores estar precavidos em relação ao oportunismo desses indivíduos a seu trabalho de sapa.

Começaremos por ver as perspectivas do

IV SEMINÁRIO INTERNO DE ESTUDOS ASSOCIATIVOS

"quando um oportunista declarado, um sabotador do trabalho associativo, defende uma ideia que (do ponto de vista de concordância com a realidade) é correcta, não nos devemos limitar a dizer: neste ponto ele tem razão. Devemos analisá-la do ponto de vista de servir ou não os seus propósitos oportunistas e sabotadores".

IN "RELATÓRIO DA direcção DO MAEESL
70/71

SUMÁRIO:

O ANO DE 69/70

1. perspectivas de trabalho

- sobre as eleições
- o trabalho pedagógico
- o trabalho cultural

2. comportamento individual desses "metodólogos"

trabalho desses sujeitos no que respeita a —eleições

—actividade cultural

—actividade pedagógica

analisando em seguida a forma de comportamento individual desses indivíduos

1. PERSPECTIVAS DE TRABALHO

1.1. Sobre as eleições

Logo no início do ano, foi apresentado numa reunião, por um grupo que se dizia portador duma "nova metodologia" para o M.A., uma tese sobre as eleições nos seguintes pontos:

- 1) As AAEE são organismos controlados por uma camada dirigente que orienta parlamentaristamente o M.A. a seu belo prazer, residindo nela o único centro de decisão do movimento. As AAEE não representam portanto as massas estudantis.
- 2) A legalidade fascista controla por outro lado as AAEE, não permitindo que a actividade associativa saia das reivindicações primárias momentâneas e processos reformistas, sem qualquer interesse.
- 3) As eleições traduzem-se na conquista por parte de um grupo de indivíduos (os dirigentes associativos) de um órgão de cúpula desligado das massas. Essa conquista é fácil porque esse grupo tem o monopólio da informação, e os métodos de orientação do movimento.
- 4) O único papel que nas eleições cabe às massas é o de votar nos dirigentes e o programa e propostas de trabalho são aceites sem discussão, pois os estudantes não estão na posse dos dados necessários para os analisar.

Este grupo de "metodólogos" viu-se no entanto, a braços com um problema: as teses enunciadas implicavam um abandono puro e simples da AE, mas por outro lado havia necessidade para a sua acção de apoio técnico. Daqui resultou duas tonadas de posição no interior do próprio grupo no que respeita a este problema: um pretendia manter a todo o custo a coerência às teses enunciadas, donde uma não ida a eleições; o outro com algum prejuízo dessa coerência via como suicídio para a sua acção desprezar o apoio técnico que a AE oferecia — o minimizar a tal incoerência à metodologia consistia em reduzir o papel da AE a mero "aparelho técnico" e as "eleições táticas" por esse aparelho.

Fornou-se uma comissão para estudar o problema com os componentes das duas opiniões, e a partir daí este assunto não mais foi discutido pelos colaboradores.

Já perto das eleições numa reunião de colaboradoras chegou-se à conclusão que a comissão nunca tinha funcionado, e portanto não podia apresentar as conclusões de trabalho esperadas. Também foi informado que a parte do grupo que tinha posto

a hipótese da não ida, tinham admitido em conversa, que esta hipótese se tratava de um "purismo". Eram portanto todos da opinião da "ida táctica" pela conquista exclusiva do aparelho técnico.

Diziam também que as eleições deviam passar o mais despercebidas possível aos olhos dos estudantes. Não se devia portanto mobilizar os estudantes para o processo eleitoral, porque:

- 1 - era um processo reformista
- 2 - iria parar com o trabalho pedagógico, como acontecera no ano anterior

Com toda esta argumentação baseada numa concepção não sindical do movimento, este grupo de pessoas pretendia mostrar que as AAEE não são, nem têm possibilidade de ser, representativas das massas estudantis. Ora o MA (o donde as AAEE) como movimento sindical é representativo dos estudantes nos seus interesses sindicais (claro!) porquanto tem todos os princípios e métodos necessários à defesa desses interesses.

1º) O facto de haver aproveitamento por parte de alguns dirigentes das estruturas de topo para orientar a seu modo o movimento, tem vindo a ser demonstrado, que no seu trabalho tais dirigentes, ou se desviam dos princípios do MA (apoliticidade, democraticidade,, etc.,) com graves prejuizos para o movimento e a que se chama oportunismo, ou são erros momentâneos corrigíveis por uma prática crítica.

Não se pode portanto deduzir de desvios dos princípios do MA da invalidade de tais princípios (o donde do próprio MA), nem do oportunismo parlamentarista desses dirigentes, da invalidade das estruturas de topo pois que a sua democratização é possível - pela criação de estruturas que enquadrem as massas e os quadros médios do movimento, e o estabelecimento correcto dos níveis de decisão - isto é, atribuindo a essas estruturas o nível de decisão que lhes é próprio e as funções que lhes compete pelos colaboradores do movimento, acaba-se o parlamentarismo.

2º) Dizia também (este grupo de pessoas), que por serem organismos controlados pela legalidade (legislação circum-escolar e disciplinar, estatutos, homologações etc.,) as AAEE têm o seu campo de acção limitado às reivindicações primárias momentâneas e processos puramente reformistas, e portanto não têm qualquer interesse.

Ora isto é esquecer que essas reivindicações primárias (mais salas por ex) por solucionar certos problemas, interessam aos estudantes donde não faz qualquer espécie de sentido e seria até um oportunismo dos colaboradores da AE (visto que a finalidade desta é a defesa dos interesses dos estudantes) afastarem-se ou contrariar a luta por esses interesses: o seu papel é conduzir a luta para que ela atinja os seus objectivos.

Quanto ao carácter reformista da luta sindical, ele não tem de modo algum um valor absoluto; os seus efeitos negativos (atrasar o nível de luta) só prevalecem quando de uma orientação e concepção oportunista na direcção da luta.

Também não se pode confundir a finalidade jurídica da A.E., defesa dos interesses dos sócios com a sua finalidade efectiva dos interesses de todos os estudantes (é como estudantes que os sócios têm os seus interesses defendidos pela A.E. tanto como qualquer outro estudante da faculdade) - de resto é isto que se tem verificado na prática durante estes anos. Eis também uma das razões que garante às AAEE serem organismos de massas.

Daqui se pode ver o errado da concepção duma "ida táctica a eleições, pela conquista do aparelho técnico". Não é por causa dos copiadores e restante material que se torna necessário ir a eleições mas porque os estudantes precisam da A.E. para a luta sindical; e desde que tenham consciência dessa necessidade, o que não é difícil, não estão a ser enganados quanto à finalidade das eleições.

Afirmar também que as eleições são um acto parlamentarista como se elas só pudessem ser isso, é não admitir:

A) Uma campanha eleitoral de esclarecimento e propaganda do que é o M.A., dos seus princípios do seu campo de acção, do que é a A.E., da sua necessidade, etc.

B) Que o programa de candidatura deve traçar uma linha de orientação geral para o trabalho associativo, tendo em conta a orientação (momentânea) a imprimir

ao movimento federativo e o trabalho interno feito até essa altura.

Que os colaboradores da A.E.:1-elaborando um projecto de programa com as características atrás enunciadas,2—levando à discussão e rectificação do maior número de estudantes possível,estão a garantir que essa linha de orientação geral seja de massas e portanto representativa de todos os estudantes sem excepção.

Por esta razão a oposição entre o processo eleitoral ("de elites")e o trabalho pedagógico (de massas)desaparece,pois uma campanha eleitoral e um programa de candidatura assim concebidos,são um reforço e um incentivo para qualquer trabalho associativo em decurso.

Vejamos como se traduzia na prática esta tese,para daí podermos tirar algumas conclusões:

1)Só se começaram a preparar as eleições uma semana antes do seu início,do que resultou que os colaboradores da Associação foram exclusivamente absorvidos pelo trabalho eleitoral,votando-se praticamente ao abandono o restante trabalho.(Notar que decorria entretanto o processo da falta de salas).

2)A propaganda para a primeira assembleia de voto resumiu-se a uma convocação e à enumeração dos nomes propostos para cargos directivos.Compareceram à volta de 40 a 50 estudantes. Note-se que nem sequer o programa de candidatura fora ainda apresentado aos estudantes.

3)O programa de candidatura foi"feito sobre o joelho"por meia dúzia de pessoas não tendo sido discutido nem mesmo pelos colaboradores.

4)Para a segunda Assembleia de voto houve que recorrer a uma propaganda intensa,incluindo as idas às aulas e um comunicado que lançava aos estudantes um apelo para que votassem,se não queriam perder a Associação,pois o governo poderia argumentar que a lista não era representativa.,correndo-se o risco da não homologação.

Os"novos metodólogos" incorrem,logo de início,numa falta grave:a opção sobre as eleições,era sómente esta:ou não se ia às eleições,ou se era de ir só por-que tinham necessidade do"aparelho".

"Esqueceram-se" que estavam num órgão sindical,"esqueceram-se"que se trata-va de eleições para um órgão sindical,"esquecendo-se"portanto de discutir o essenci-al: como se preparam correctamente as eleições num órgão sindical.

Note-se que esta discussão se processou no início do ano,sendo bastante restrito o número de colaboradores.Assim,quando o número normal de colaboradores co-meça a aparecer nas reuniões,já está "assente"que só interessa conquistar o "apare-lho",não se apercebendo na sua maioria das consequências efectivas desta tomada de posição.

E só através dos resultados,e da prática seguidas no período eleitoral que alguns colaboradores começam a ganhar consciência do lôgro em que estavam a cair,as-sim como da prática incorrecta que estavam a utilizar.

A mistificação não poderia durar mais,pois as contradições em que os senho-res se sustentavam a tese da ida táctica a eleições estavam a cair,eram demasiado e-videntes para passarem despercebidas.

Senão vejamos:diziam eles que as eleições só convêm ao governo e são inape-lávelmente reformistas,mas que neste momento ainda precisamos do"aparelho"e portan-to temos de ser um pouco incoerentes;devemos ir às eleições mas unicamente pela con-quista desse"aparelho",e por isso o processo eleitoral terá que passar despercebido não se devendo mobilizar os colaboradores nem os estudantes;a nossa contradição re-sulta pois unicamente duma necessidade de satisfazer um pormenor legal.

Ora a prática do processo eleitoral mostra-nos pelo contrário que foram ma-is e maiores as contradições em relação às suas teses:acabou-se por ter que mobili-zar todos os colaboradores e fazer-se um grande esforço para interessar a massa es-tudantil;a mobilização tardia dos colaboradores pelo processo eleitoral paralizou o processo pedagógico (falta de salas),mas isso não afectava grandemente as suas "teo-rias" pois era mais um processo "reformista" (ver texto D); acusavam os dirigentes de oportunistas por se servirem das eleições para impor os seus métodos de trabalho e a sua orientação,e que os estudantes votam inconscientemente pois não tinham os da-dos necessários para discutir os programas de candidatura,e foi isso exactamente o

que fizeram-o programa de candidatura só é apresentado no momento em que vai ser votado. As violações dos princípios sindicais são evidentes, os erros são tão graves que se poderá perguntar: então e os outros colaboradores? porque não se opuseram a essa prática incorrecta? Como vimos o processo eleitoral não dura senão uma semana e é durante este período que os colaboradores começam a constatar os erros e vícios cometidos.

Mas era demasiado tarde para iniciar um processo eleitoral correcto; era necessário ir às eleições, não para garantir o "aparelho", mas para evitar que a Associação caísse nas mãos do Governo ou de grupos fascistas. A única actuação possível, no momento era combater e transformar as estruturas e a orgânica que permitira tais vícios e erros. E foi o que, de certo modo, se fez.

Vimos até aqui como se traduziram, a nível geral, na prática as "teses" sobre as eleições. Mas também a nível interno essas "teses" tiveram uma prática contraditória e oportunista.

Diziam estes "teóricos" que as estruturas de topo (e portanto a Direcção) eram estruturas parlamentaristas, onde reinava o dirigismo e a burocracia. Então porque razão quatro destes senhores "aceitaram" se candidatar e exerceram cargos directivos? Mais ainda: porque é que muitos tentaram a todo o custo "enfiar" na Direcção indivíduos simpatizantes das suas "teorias", chegando como último recurso a propor (o que foi recusado) o alargamento da Direcção a mais 4 ou 5 lugares para aí os encaixarem?

Mas eles foram mais longe: quando estão a defender o programa de candidatura nunca, nem do modo mais leve, estes 4 elementos da Direcção dizem aos estudantes que considerem as AAE desnecessárias, perniciosas mesmo, aos interesses estudantis, logram porca e oportunisticamente os estudantes fazendo-os crer que estão a votar em indivíduos que irão todos defender o seu órgão sindical, quando afinal quatro desses indivíduos pretendem acabar com ele.

E para terminar é de apontar que mais tarde (já a meio do ano) eles tentaram impor mais um processo eleitoral.

SOBRE O TRABALHO PEDAGÓGICO

Mas nos meios associativos, é comum um vício muito grande: o intelectualismo e o gosto pelos aprofundamentos complicados escamoteando certas realidades, para inventar novas "origens" ou "causas" do atazo ou limitações de um trabalho, que por sua vez, levam à invenção de "novas" metodologias; estas acabam por impedir os colaboradores de distinguir o trabalho correcto possível de fazer, do trabalho, errado ou incompleto, feito anteriormente.

É assim que a partir das limitações, erros, vícios e oportunismos na orientação de processos pedagógicos reivindicativos (de carácter limitado), concluem que todo o processo, limitado de índole reformista, não merece a preocupação dos elementos estudantis mais conscientes, que se devem ocupar com coisas mais avançadas, que não sejam "recuperados pelo sistema"; mais, preocupar-se com tais "processos reformistas" não seria mais que "fazer o jogo do sistema"!

Que propõem de concreto estes "estudiosos"?
- Em primeiro lugar e acima de tudo "nunca fazer o jogo do sistema" - isto é, como os sindicatos são legais, e portanto "enquadrados" pelo "sistema", não fazer trabalho sindical, que é trabalho "reformista" (!)

- Depois, e em substituição, "diluir nas massas" os elementos mais conscientes, que deveriam fazer um trabalho (e só esse trabalho) que levasse a "choques super-estruturais" e a "situações de ruptura com o sistema".

- Finalmente, à laia de "novas formas de actuação", impregnação do "método dialéctico" nas massas, que os levaria a compreender as contradições da sociedade capitalista; passando pelo "quotidiano" das alienações, (ou a alienação no "quotidiano"...) que seriam contestadas "quotidianamente"...

Justiça seja feita, ninguém na altura foi capaz de ver claro onde isto levava, ou sequer de compreender muitas das abstrações apresentadas. Vejamos o exemplo de umas:

- "Compreensão por nós, estudantes, através do quotidiano, e não de conjunturas esporádicas, sem consistência na base, da situação económica do sistema capitalista em Portugal".

- "Novas formas de actuação", "que mostrem os pontos nodais da contradição da Universidade portuguesa".

- "Politização do ensino e portanto consequente politização da vida, através de uma procura das alienações no quotidiano para aí serem contestadas, para que no quotidiano haja luta". (sic)

Estas obras primas do quotidiano e outras do género constituíam a nova "metodologia do movimento estudantil".

Muito interessantes são também as "teses" da altura, destes "inovadores", sobre o trabalho cultural, como mais adiante se verá.

Responsabilizados pelo arranque do trabalho pedagógico, a prática" (e melhor ainda a ausência de prática) dos "contestadores do quotidiano" foi bem elucidativa-felizmente-do "valor" das "novas formas de actuação". Não se assistiu a nenhum "choque super-estrutural", nem vimos nenhum estudante "impregnado do método dialético"... Mas lá diluíram-se nas massas, isso fizeram-no muito bem; os quadros das pedagógicas desapareceram mais depressa do que apareceram, e o trabalho feito ficou também "diluído" que pouco se notou...

Conseguiram foi desorientar alguns estudantes e colaboradores, que ficaram no mais completo alheamento de uma orientação que os levasse a um trabalho consequente na Química-Física, Álgebra-Linear... etc.; desviando as preocupações de verdadeiro trabalho de massas, em troca de tais abstrações. Pretendeu-se no entanto apresentar estas últimas—os choques super-estruturais, etc...—como um trabalho de massas, quando era óbvio que tal tipo de trabalho, na situação actual da massa estudantil da faculdade, nunca poderia passar além da mobilização de uma estreita "corla" de estudantes mais próximos da associação, mais politizados, os únicos susceptíveis de se interessar e de serem atingidos por esse tipo de movimentação.

PROCESSO DE FALTA DE SALAS

Manifestando-se já desde há alguns anos de diversas maneiras, o problema da falta de salas de aula, tornou-se mais agudo este ano e começaram a surgir principalmente nas aulas teóricas, discussões sobre o assunto.

A crise fazia-se sentir-se mais nas secções de Física e Matemática e por isso foi também nelas, que os 1800 alunos afectados directamente não puderam deixar de preocupar-se com o que se passava, mantendo-se numa certa agitação em torno do problema. A discussão surgia nos corredores da faculdade, em turnas, em pequenos grupos de alunos e até os assistentes fizeram uma reunião para tentar a sua resolução.

Dessa reunião de professores e assistentes do Mat. saíram algumas decisões que foram transmitidas aos alunos numa aula de Mecânica e foi principalmente a partir daqui que os estudantes começaram efectivamente a pensar em tratar do problema em conjunto. Até aqui as discussões eram espontâneas constatando a realidade do facto, adiantando pouco mais. As secções pedagógicas não se via tomar nenhuma atitude—quer dizer, a secção pedagógica não actua, pondo-se à margem, sendo este no entanto um problema que afectava grande parte dos estudantes da Fac., agravado no momento, ainda

por cima, com um tecto da Biologia que caiu, inutilizando mais algumas salas.

Mas porquê esta atitude de alheamento sendo em principio a AE uma defensora dos interesses dos estudantes?

Queria a secção pedagógica nessa altura seguir métodos que a levassem a atingir determinados fins como fossem "processos que levassem a uma ruptura com o sistema", isto é, processos não reformistas. Ora um problema como o da falta de salas não estava dentro destas perspectivas de trabalho: era um processo que não levaria a nenhuma ruptura e mais, era um processo perfeitamente enquadrado pelo governo.

Esquecia a secção pedagógica o ponto fundamental: estavam 1800 alunos nas salas de aula e era este portanto um problema cuja resolução era de todo o interesse dos estudantes e, daí a AE como órgão defensor do interesse destes nunca deveria tomar a atitude de se por à margem, alheando-se dele.

Apesar deste facto incontestável alguns colaboradores tentaram prespективizar e organizar o movimento que acabou por surgir e eclodir pela Faculdade. Formaram-se piquetes com o conjunto de estudantes mais interessados na condução do processo. Funcionavam estes com mais ou menos 3 estudantes e 4 colaboradores, n.ºs estes que vieram a decair até à R.G.A.. É de contar aqui que os colaboradores da AE além das perspectivas de trabalho da secção pedagógica que pelo que já vimos conduzem ao desinteresse do processo por este ser reformista estavam a braços com as eleições que não tinham preparado, uma vez que até uma semana antes havia a ideia de que às eleições não se devia ligar. Esta teoria, assim como a que se tinha sobre o trabalho pedagógico veio-se também a mostrar na prática, errada, como será visto no relatório sobre as eleições. Houve mesmo que preparar as eleições, e o trabalho para tal tarefa mobilizava grande parte dos colaboradores que portanto acabavam por não conseguir estar nos piquetes de modo a aí trabalharem como era necessário.

As dificuldades dos piquetes além da escassez de quadros aptos a prespективizar, organizar, mobilizar, e o total alheamento da secção pedagógica ao processo, foram o suficiente para que se desse uma desnobilização interna dos mesmos, que acabou por não permitir a continuação do processo depois da R.G.A.. Aquelas dificuldades só por si faziam morrer o processo, levando-o ao falhanço.

SOBRE O TRABALHO CULTURAL

No princípio do ano, de entre a "família" dos "novos metodólogos" surgiu uma proposta (bastante característica) sobre a acção cultural.

Depois de definir como objectivos, entre outros o do "desmascaramento do quotidiano", da "criação da disposição para o pensamento crítico através do estabelecimen-

to dialéctico entre extensão da cultura e elevação de massas", de "ataques frontais ao sistema", a outros fraseados não menos "elevados", vêm a indicar como "primeira e única actividade cultural a 'Gota de Mel', procurando estabelecer-se a dialéctica entre enção e conhecimento baseada numa interacção entre prática e teoria".

Isto é, a actividade da secção centrar-se-ia sobre uma simples peça de teatro que, o que é ainda mais grave, em vez de "ataques frontais ao sistema", etc, etc. faria a apologia do pacifismo, aderindo assim a toda uma ideologia pequeno-burguesa e burguesa liberal.

A montanha tinha parido um rato.

Supõe-se que o tratamento da peça seria para servir de exemplo negativo...mas centrar única e exclusivamente toda a acção cultural numa única peça que serve de professor pela negativa, que obviamente não englobará todos ^{os} aspectos a criticar dentro da ideologia da classe dominante, é fazer um trabalho duvidoso e necessariamente incompleto.

Representando a peça, divulgando-a, para a poder criticar (pois que ela não é conhecida das massas), está-se aí sin a fazer o jogo da ideologia que preside à peça pois está-se colaborando na sua divulgação; essa é a única parte certa e garantida do trabalho, obviamente a parte negativa. Quando à critica da peça, isso é uma colecção de contingências: é preciso fazê-la, fazê-la como deve ser (o que pode muito bem não acontecer) e fazê-la de forma a atingir positivamente todos quantos têm conhecimento dele (o que é pouco provável).

Esta breve exposição permite ter uma ideia do "balanço" negativo a que este estilo de metodologia e prática levam.

Por estas e por outras, a proposta (felizmente!) não pegou. Mas a "família" dos "novos" metodólogos voltaria à carga, por outros meios e propostas...

Depois de termos visto a opinião destes senhores sobre a orientação associativa, vejamos agora a sua forma de actuação prática, individual para a levar a cabo o "fazer vingar" (contra tudo e contra todos...)

A) Questão da Guerra Civil de Espanha

Tendo-se verificado, por uma análise do ano anterior, a dispersão da secção cultural e a sua consequente inoperância, aceitou-se então a ideia de tomar um tema base para a secção durante o ano: as actividades a desenvolver teriam pois de estar sujeitas ao campo do tema escolhido. O assunto proposto foi "A GUERRA", devido ao interesse e à riqueza das discussões que esse tema permitia levantar.

Começou então a discutir-se o modo de passar à prática. Quatro pontos foram apresentados na altura como fundamentais, isto é, de todo o trabalho da cultural terian de ser salientados os quatro aspectos seguintes:

- paz, violência, militarismo e patriotismo.

Numa fase posterior viu-se como necessária a especificação destes aspectos através de um caso concreto.

Estabeleceram-se estas duas posições:

- O 1º grupo, que coincidia com os "novos metodologistas" da época das eleições propunha para actividade fundamental da secção uma análise detalhada da Guerra Civil de Espanha que levaria os estudantes (supostos espontaneamente interessados por actividades deste tipo) a encarar e examinar criticamente a situação da sociedade portuguesa e as suas implicações na guerra que actualmente ela desenvolve.

Pelo carácter deste trabalho, como já se apontou, só poderiam mesmo ser levados a colaborar estudantes que, já com uma perspectiva política, descobrissem por estes neandros alguma semelhança com os seus problemas.

- A posição de outros colaboradores defendia entretanto que, à A.E. como órgão representativo dos estudantes caberia desenvolver fundamentalmente um trabalho que abrangesse a sua maior parte e não apenas uma minoria como se propunha no primeiro método. Para isso seria necessário responder, através do trabalho da secção, aos interesses dos estudantes. Era lógico portanto, que o caso da Guerra Colonial fosse tratado sindicalmente, uma vez que ele se apresentava como um problema fulcral na vida universitária.

A questão não foi esclarecida e a discussão não prosseguia, mas foi sobre a G. C. E. a realização que a cultural no fim do 1º período veio a apresentar. Este facto deve-se à inaturidade de alguns novos colaboradores que não souberam distinguir a maior importância da discussão relativamente à realização ou não realização da sessão.

Apesar da propaganda enorme levada a efeito pela Associação- cartazes em abundância, publicação e convocativa em off-set (o que acontecia pela 1ª vez), etc., a noite foi de facto um fracasso.

De realçar em 1º lugar a natureza das pessoas presentes- apenas a 1/2 dúzia de estudantes (tanto de Ciências como de outras escolas) que habitualmente frequentam este tipo de realizações.

A sessão foi precedida de uma introdução à publicação lançada pela A.E. "Mourir à Madrid" feita por um dos defensores do método levado a cabo. Negava o valor intrínseco da obra mas defendia que pela sua pobreza ideológica ela poderia ser discutida e corrigida mesmo na própria sessão. Ainda que isto tivesse sido conseguido (que não o foi) ficavam de fora todos os que não tendo assistido à sessão (e a edição foi de mil) tinham adquirido a publicação; esta actuação era portanto necessariamente incorrecta.

De notar também que na altura foi permitida a saída de novas obras editadas também na AE, o que como se veio a ver ficou no completo esquecimento.

Para terminar exibiu-se o filme "terra sem pão" de Buñuel. O balanço final foi portanto exclusivamente negativo. Serviu apenas para dar razão a quantos afirmavam a incorrecção do método seguido, ou seja, da orientação de um trabalho para minorias como processo fundamental duma Associação

(1) este grupo era o mesmo que no princípio do ano havia defendido como acção fundamental e única para a cultural o tratamento da peça de teatro "a gota de mel"

B) A questão da CULTURAL-MEETING

O problema do oportunismo levantado pelas questões federativas de 68/69 levou a que, logo no início do ano, os colaboradores procurassem a nível interno, precaver-se em relação a isso através de uma descida dos níveis de decisão para as reuniões gerais de colaboradores. No entanto, a nível de base, portanto para a maioria de os estudantes, o problema tinha passado despercebido e tornava-se necessário o seu esclarecimento.

Em consequência de tudo isto, numa RGC em Dezembro é proposta a realização de um meeting com essa finalidade. Tendo-se verificado um acordo geral dos colaboradores, ficou então definida a urgência da preparação.

Verificando-se, no entanto, ao fazer-se o balanço dos quadros disponíveis, isto é, dos que não estavam absorvidos pelos processos das secções, que o seu número era insuficiente para garantir uma boa preparação.

A questão punha-se então do seguinte modo:

- ou se mobilizavam os colaboradores das secções para o meeting (o que na prática, corresponderia à interrupção momentânea dos seus trabalhos).
- ou se mobilizavam alguns colaboradores individualmente (o que se viu ser impossível).

Por uma análise das secções chegou-se à conclusão que só a cultural podia canalizar o seu esforço neste sentido - esta secção estava ainda em fase de programação de actividades enquanto que a pedagógica já estava a bravar com um problema concreto e imediato - A FALTA DE SALAS.

Embora aparentemente toda a gente estivesse de acordo em que o meeting se realizasse naquela altura, existiam algumas pessoas (ler, alguns dos "novos metodólogos") que se mostravam contrários a que naquela reunião geral de colaboradores se vinculasse a secção em causa à preparação desse meeting. A argumentação: A reunião não era representativa dado que não participavam nela "muitos colaboradores".

Ora vejamos o que isto significa: é que não tinham estado lá de facto aqueles outros "novos metodólogos" que na cultural tanto se tinham esforçado por que fosse por diante o assunto da guerra civil de Espanha. E porquê? A razão é muito simples: Porque eles se sentiam incapazes de mostrar aos restantes colaboradores a urgência e a necessidade do tema que propunham para a Cultural (as tentativas nesse sentido junto de alguns dos quadros já tinham sido infrutíferas). Assim, e embora convocados para a RGC, não apareceram. Deixaram aos "familiares" o trabalho de contestar a "representatividade" da reunião alegando a sua ausência.

Um esquema ardiloso!

A votação sobre se se vinculava a secção não se chegou a fazer. E o meeting não se realizou e o tema da Guerra Civil de Espanha foi por diante.

Conclusão: contra a opinião da grande maioria dos colaboradores, negando-se a discutir com eles a orientação da secção, barricados na Cultural, uma meia-dúzia de indivíduos "conseguiu" impôr oportunisticamente a sua linha de trabalho.

Esta questão, que directamente ligava à da aceitação do nível de decisão da RGC sobre o das secções, como já fora anteriormente estabelecido na altura das eleições, viria mais tarde a ser de novo levantada.

C) O boicote ao trabalho da CULTURAL

Depois de prolongadas discussões em reuniões de colaboradores sobre o assunto principal a ser tratado pela Associação naquele ano, chegaram finalmente estes a assentar em que se deveria desenvolver do ponto de vista sindical o problema da Guerra Colonial.

Alguns dos "metodólogos", tal como já tinham feito na secção cultural continuavam ainda a apôr-se de todos os modos e feitiços a que isso fosse levado a cabo. Nas reuniões Gerais de Colaboradores, embora obrigassem a prolongamentos extraordinários das discussões, não conseguiam no entanto fazer vingar a sua opinião (desmascarado o papel que tinham desempenhado na altura da discussão da GCE, deixaram de usar o argumento da representatividade da RGC e embora se mantivessem alguns ainda ausentes dela, não contestavam teóricamente as suas decisões. Sim porque na prática... veremos).

Adoptaram então outros "métodos": na altura do lançamento do primeiro comunicado, logo antes da sua saída, opuseram-se a ele com os mais diversos argumentos. E assim convocaram nova reunião para reexame do dito papel (de notar que não tinham estado presentes em bora tivessem sido convocados, na apreciação final do texto).

Pegando aqui, pegando ali, conseguiram pôr de novo na ordem do dia a discussão que durante semanas se tinha desenrolado. Devia ou não ser esse o tema daquele momento etc.etc.etc.

E o trabalho empanou durante mais algum tempo.

Finalmente, vendo esgotada a sua argumentação, os "metodólogos" passaram a agir em grupo. Os "hesitantes" (um deles presidente da AE, o que veio a ser um factor importante do boicote ao trabalho, como se verá) acabaram por fazer coro com os "familiares". Vendo que o processo ia mesmo por diante, queimam então o ultimo cartucho: Depois duma reunião de Direcção esta apresenta a sua demissão à RG de Colaboradores. Esta demissão, provocando novo período de eleições viria a ser o golpe fatal no trabalho que a AE se propunha realizar (não havia possibilidades, dada a altura adiantada do ano, de as poder coordenar em simultâneo).

Aqui cabe uma nota. A demissão da Direcção não foi, como pretendiam os "metodólogos" (da Direcção e não só), uma demissão em grupo. Houve indivíduos dentro dela que acabaram por aceitar dada a disposição e desenvolvimento de trabalho dos outros elementos. Reconhecem a inutilidade de um trabalho em conjunto com eles. Perante o problema do novo período eleitoral opuseram-se firmemente, recusando a demissão perante o Ministério.

E os "metodólogos" ?

Quiseram ir por diante. Queriam a demissão perante o MEN. Boicote ao trabalho? Aparentemente apresentavam-no como "um mal necessário"; mas, e aqui acabavam por defender a sua posição, não se podiam manter na Direcção quando o trabalho associativo se estava a afastar tão declaradamente das suas teorias. Que interessava que a perspectiva do conjunto dos colaboradores ficasse torpedeada e sem possibilidades de se realizar? Eles queriam a demissão...

A Reunião Geral de Colaboradores propôs e efectuou então uma votação: Seriam anti-associativos os indivíduos que, havendo os reflexos que a sua demissão perante o Ministério provocaria, insistiam nela e a efectivavam (muito principalmente o presidente da AE o que implicaria directamente a abertura de novo período eleitoral) .

O presidente desistiu da demissão. No entanto e apesar de actuar como anti-associativo um outro "metodólogo" acabaria por vir a apresentar a sua, às autoridades ministeriais.

7 Julho 72